

O papel do poder local no município de Santo Augusto na Revolução de 1923

El papel del gobierno local en el municipio de Santo Augusto en la Revolución de 1923

The role of local government in the municipality of Santo Augusto in the 1923 Revolution

LARISSA LICKSⁱ  

Resumo: O presente trabalho investiga o papel do poder local no município de Santo Augusto, Rio Grande do Sul, no contexto da Revolução de 1923, articulando coronelismo e memória histórica. Analisando como as estruturas locais influenciaram a dinâmica do conflito, demonstra-se que o legado violento da Revolução Federalista perpetuou rivalidades e alianças, materializadas no Cemitério dos Degolados. Os resultados evidenciam que o coronelismo gaúcho transcendia lealdades partidárias, vinculando-se a disputas por terras e vinganças pessoais. O cemitério, embora originado de um episódio específico de degola em 1923, consolidou-se como marco da memória coletiva. Conclui-se que a Revolução de 1923 não foi apenas um conflito ideológico, mas um reflexo de tensões locais imbricadas na cultura política sul-rio-grandense, marcada pelo personalismo e pela violência estrutural.

Palavras-chave: Cemitério. Coronelismo. Rio Grande do Sul.

Resumen: Este trabajo investiga el papel del poder local en el municipio de Santo Augusto, Rio Grande do Sul, en el contexto de la Revolución de 1923, articulando coronelismo y memoria histórica. Analizando cómo las estructuras locales influyeron en la dinámica del conflicto, se demuestra que el legado violento de la Revolución Federalista perpetuó rivalidades y alianzas, materializadas en el Cementerio de los Degolados. Los resultados muestran que el coronelismo gaúcho trascendió las lealtades partidarias, vinculándose a disputas por tierras y venganzas personales. El cementerio, aunque tiene su origen en un episodio específico de decapitación de 1923, se ha convertido en un hito de la memoria colectiva. Se concluye que la Revolución de 1923 no fue sólo un conflicto ideológico, sino un reflejo de tensiones locales entrelazadas en la cultura política de Rio Grande do Sul, marcada por el personalismo y la violencia estructural.

Palabras clave: Cementerio. Coronelismo. Río Grande do Sul.

Abstract: This study investigates the role of local power in the municipality of Santo Augusto, Rio Grande do Sul, in the context of the 1923 Revolution, articulating coronelismo and historical memory. Analyzing how local structures influenced the dynamics of the conflict, it is demonstrated that the violent legacy of the Federalist Revolution perpetuated rivalries and alliances, materialized in the Cemetery of the Degolados. The results show that coronelismo in Rio Grande do Sul transcended party loyalties, being linked to disputes over land and personal revenge. The cemetery, although originated from a specific episode of beheading in 1923, consolidated itself as a landmark of collective memory. It is concluded that the 1923 Revolution was not only an ideological conflict, but a reflection of local tensions intertwined in the political culture of Rio Grande do Sul, marked by personalism and structural violence.

Keywords: Cemetery. "Coronelismo". Rio Grande do Sul.

ⁱ Mestranda em História no Programa de Pós-Graduação da Universidade de Passo Fundo (UPF). Pesquisadora membro do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos de Memória e Cultura (NEMEC), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A autora agradece aos pareceristas que contribuíram com importantes observações sobre o conteúdo, formato e estilo do texto.

Considerações iniciais

Durante séculos, a atual região Sul do Brasil foi palco de intensos conflitos territoriais significativos para a História, principalmente a do povo Sul-rio-grandense, como exemplificado pela Revolução Federalista e a Revolução de 1923. Cesar (1969) reitera que essa é uma região de fronteira em armas, pelo fato do território do atual Rio Grande do Sul ter estado em choque constante entre a ocupação das colônias portuguesas e espanholas. No Rio Grande do Sul, essa dinâmica ganhou contornos específicos com a Revolução de 1923, confronto entre Maragatos e Chimangos que reacendeu a rivalidade herdada da Revolução Federalista (1893-1895), marcada pela prática da degola.

Após a Guerra civil (1893-1895), que ficou conhecida como a “Revolução da Degola”ⁱ devido aos atos de violência praticados por ambos os lados - Chimangos e Maragatos -, no qual a prática de degolar os oponentes se disseminou e tornou habitual para ambas as facções, os mesmos grupos se envolveriam em novo conflito algumas décadas depois. Nesse cenário de permanente tensão política, onde o Poder Local com suas particularidades e interesses exercia papel fundamental na dinâmica do poder, eclodiria a Revolução de 1923. Este estudo adota a perspectiva de Santin (2007) sobre o poder local como uma tríade (coronelismo, patrimonialismo e personalismo), articulada ao conceito de regionalismo de Viscardi (1997), que enfatiza a mobilização de identidades regionais em conflitos políticos.

Este trabalho propõe uma investigação aprofundada sobre a Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul, com foco nas dinâmicas de poder local que a moldaram no município de Santo Augusto. Longe de ser um conflito meramente ideológico, a Revolução de 1923 se revela como um reflexo de tensões locais estruturantes da cultura política sul-rio-grandense, marcada pelo personalismo e pela violência estrutural. A pesquisa se propõe a analisar como estruturas de poder como o coronelismo, o personalismo e o clientelismo influenciaram a dinâmica do conflito, materializando-se em atos de violência política e na formação de lugares de memória. Um elemento central dessa análise é o Cemitério dos Degolados, que se consolidou como marco da memória coletiva, refletindo as dinâmicas de poder e as alianças políticas estabelecidas durante o período. A compreensão desses processos históricos é crucial para desvendar como esse legado de tensões se perpetua na cultura política gaúcha.

Para atingir esses objetivos, a pesquisa busca investigar o papel do poder local em Santo Augusto no contexto da Revolução de 1923, articulando-o com o coronelismo e a memória histórica. Serão analisadas as estruturas locais e sua influência direta na dinâmica do conflito, examinando como o coronelismo e o regionalismo atuaram, tomando o Cemitério dos Degolados como um símbolo material das violências ocorridas. Além disso, a pesquisa se aprofundará na articulação entre coronelismo, disputas fundiárias e vinganças pessoais durante a Revolução, buscando compreender como as rivalidades herdadas da Revolução Federalista (1893-1895) moldaram as alianças locais em Santo Augusto. A hipótese central é que o coronelismo transcendeu lealdades partidárias, vinculando-se a disputas por terras e vendetas familiares, e que a violência se consolidou como mecanismo de poder, perpetuado na memória coletiva por marcos como o Cemitério dos Degolados.

A metodologia empregada na elaboração da pesquisa pautou-se em uma abordagem qualitativa de caráter histórico-social, baseada na triangulação metodológica de fontes primárias e secundárias, articulando pesquisa bibliográfica extensiva e análise de fontes. A construção do arcabouço teórico, que fundamentou a compreensão do poder local, do coronelismo, do regionalismo e da memória no contexto da Revolução de 1923, derivou-se de obras especializadas e estudos historiográficos. A reconstrução dos eventos históricos e a análise das dinâmicas sociais e políticas em Santo Augusto foram sustentadas por fontes como trabalhos de Oliveira (2000), Dourado (1979), Azambuja (1969) e Licks (2023), que permitiram contextualizar a ocupação da região, identificar famílias influentes e detalhar os conflitos.

A interpretação dos dados foi guiada pelo referencial teórico de *lugares de memória* (Nora, 2012) e poder local (Santin, 2007), permitindo articular violência, coronelismo e memória como categorias analíticas interdependentes. A análise do Cemitério dos Degolados, por sua vez, enquanto marco da memória coletiva, baseou-se na interpretação de sua representação simbólica e nas narrativas históricas sobre sua formação e significado. Essa metodologia possibilitou uma análise interpretativa que conectou as macro-dinâmicas do conflito com as realidades microssociais do poder local e da construção da memória em Santo Augusto, Rio Grande do Sul.

Ao articular essas dimensões, investiga-se a correlação entre a dinâmica do poder local em Santo Augusto, município da região noroeste do Rio Grande do Sul, durante a Revolução de 1923 e os conflitos que culminaram na constituição de um espaço cemiterial decorrente

desses embates. Através de uma perspectiva local que integra violência, cultura política e memória, examina-se como o coronelismo e o regionalismo atuaram durante o conflito, tomando o Cemitério dos Degolados como símbolo material das violências ocorridas. Este espaço, ao se tornar um local de memória e identidade para os grupos locais, reflete diretamente as dinâmicas de poder e as alianças políticas estabelecidas durante o conflito.

A fronteira rio-grandense (Cesar, 1969), palco de disputas luso-hispânicas, moldou um coronelismo singular, onde o controle fundiário e o parentelismo (Faoro, 2001) definiram lealdades. A memória dessa violência, como explana Nora (2012), cristaliza-se em lugares como o Cemitério dos Degolados, transformando eventos traumáticos em pilares identitários.

República, coronelismo e seu reflexo sobre o Rio Grande do Sul

A República, quando foi instituída no ano de 1889 como forma de governo no país, acabou por tornar as antigas províncias em entes federativos denominados de estados e estes adquirem autonomia econômica, política e administrativa. A implantação do federalismo republicano substituiu o centralismo imperial, transformando as estruturas de poder. Enquanto no Império os presidentes de província eram agentes do governo central, sem bases locais, os governadores da República emergiram como atores centrais, eleitos por partidos únicos estaduais e articuladores das oligarquias locais – especialmente os coronéis (Carvalho, 1997).

Segundo Leal, (2012) o declínio econômico dos fazendeiros no período enfraqueceu o poder tradicional dos coronéis, transferindo influência para o Estado, que passou a mediar conflitos e sustentar o coronelismo como sistema de dominação. Assim, a Primeira República (1889-1930) representou um rearranjo de forças, no qual o federalismo fortaleceu o Estado em detrimento dos poderes locais históricos, reconfigurando as relações entre elites e poder político (Carvalho, 1997; Leal, 2012).

Durante sua fase inicial, o coronelismo se torna parte da política brasileira a partir do momento em que a política dos governadores ganha força no território brasileiro. Leal (2012) destaca que os processos que envolvem o coronelismo funcionavam por meio de uma rede hierárquica de favores, estruturando-se como um pacto entre elites locais e o Estado, sobre os quais os coronéis garantiam os votos para as oligarquias em troca de benefícios, garantindo a manutenção de hierarquias sociais através do controle eleitoral e da violência simbólica.

No intuito de preservar a dominação, os coronéis buscavam garantir e controlar os meios políticos, como forma de estabelecer uma influência sobre a localidade, optando-se por inúmeras vias/aspectos, como a de repressão, medo, intelecto, econômico, tornando-se uma forma de intimidar e manipular a população/sociedade (Santin, 2007). Desse modo, o sistema coronelista, é visto como uma forma de controle da população, pois os coronéis usavam do seu poder econômico para manipular o voto, historicamente conhecido como “voto de cabresto”. Soma-se a esse fato que quando tratado o aspecto de poder político os demonstrativos apontam que o coronelismo está particularmente próximo do clientelismo e personalismo (Santin, 2007).

Vale destacar que as dinâmicas oriundas do clientelismo e personalismo estavam profundamente entrelaçadas com a estrutura política e o tecido social. Enquanto o clientelismo marcava as relações em troca de favores políticos e econômicos, a persistência dessas redes sociais contribuiu para a falta de uma renovação política, estabelecendo e mantendo as elites no poder por mais tempo (Cremonese; Pase; Patella, 2022). O personalismo prevaleceu por ser baseado no carisma individual, essa característica proporcionava reforçar o seu poder e influenciar as comunidades (Santin, 2007).

Entretanto, o sistema de poder local, caracterizado pelo clientelismo e controle autoritário, influenciou significativamente a dinâmica política e as estruturas sociais no Brasil. No Brasil, o coronelismo surge como um mecanismo político que facilitou o controle dos líderes locais sobre seus constituintes, particularmente nas áreas rurais, locais onde a maioria da população advém de precariedades sociais (eram analfabetos, sem acesso a informações e a assistências médicas, entre outras coisas), se tornando muitas vezes dependentes dos coronéis (Leal, 2012; Cremonese; Pase; Patella, 2022). O cenário político único, associado ao Rio Grande do Sul, moldado a partir dos coronéis, divergiu das tendências nacionais mais amplas, refletindo um caminho distinto no republicanismo brasileiro (Cremonese; Pase; Patella, 2022).

Nesse contexto, enquanto no Brasil ele surge como um mecanismo político que facilitou o controle dos líderes locais sobre seus constituintes, particularmente nas áreas rurais, no Rio Grande do Sul, esse sistema ficou evidente na relação entre líderes partidários e colonos recém-chegados, promovendo um ambiente clientelista que priorizava a lealdade sobre o engajamento democrático (Cremonese; Pase; Patella, 2022).

Paralelamente a esse sistema, consolidou-se o poder de algumas famílias políticas, que dominaram o cenário político da região. Essas famílias, muitas vezes conectadas por meio de

casamentos e laços comerciais (sucessão da ideia estabelecida em meados do século XIX para estabelecer laços em prol de seu interesse), desempenharam um papel fundamental na formação das estruturas políticas e econômicas da região, estabelecendo o parentelismo (Vargas, 2007). Dinâmica essa, sobre qual o parentelismo desempenhou um papel crucial nas alianças políticas, com as conexões familiares muitas vezes determinando o acesso ao poder e aos recursos, o que acabava por limitar as oportunidades de uma participação mais ampla na governança e facilitou a perpetuação do domínio da elite, pois a lealdade familiar influenciou as decisões políticas (Faoro, 2001).

Vale destacar que durante o período do Império (1822-1889) a elite política do Rio Grande do Sul, era composta por famílias influentes que mantinham laços estreitos com a corte real (Vargas, 2007). Essas famílias, como os clãs de Paula e Silva e de Oliveira Machado que ocupavam o Rincão de São Jacob na região noroeste do estado, usavam de suas redes sociais e alianças estratégicas para consolidar seu poder e influência, dado que o sistema político da época era caracterizado por uma complexa interação de cooperação e conflito entre a elite imperial e os líderes locais (Vargas, 2007).

A partir da instauração da Primeira República a antiga província de São Pedro do Rio Grande se torna o estado do Rio Grande do Sul. No Rio Grande do Sul, essa dinâmica ganhou contornos únicos, moldada por uma economia fundiária que consolidaram latifúndios como centros de dominação política (Ritzel, 2024). No entanto, as disputas pelo poder no estado continuam, e podemos observar dois partidosⁱⁱ se sobressaindo ao exercer influência política: O Partido Republicano Rio-grandense e o Partido Federalista.

O desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul foi moldado por sua localização estratégica, recursos naturais e circunstâncias históricas, pois durante o período colonial, a economia da região era baseada principalmente na agricultura e na pecuária, que forneceram a base para seu crescimento futuro (Menz, 2006). Havendo sobre a produção de peles, carne salgada, entre outros produtos agrícolas como essenciais tanto para o consumo interno quanto para a exportação (Menz, 2006).

A partir disso, durante os séculos XIX e XX, o Rio Grande do Sul teve um extenso processo de imigração dos povos oriundos de outros países, como, por exemplo, a Itália. O processo de ocupação do território sul-rio-grandense trouxe consigo habilidades e técnicas que já eram empregadas em seus antigos países, como por exemplo no caso italiano, que

introduziram técnicas agrícolas, o corte e a queima, permitindo um cultivo variado de trigo, arroz, milho, tabaco e uva (Majo; Moretto, 2021). O influxo de imigrantes impulsionou significativamente a população e a economia do Rio Grande do Sul, as suas atividades agrícolas e industriais, contribuindo para o crescimento econômico da região (Majo; Moretto, 2021).

Entretanto, em meio ao processo de migração, estabelecimento populacional e desenvolvimento econômico, o interesse por estabelecer ainda mais o poder sobre a população, continuou. Como por exemplo, no início do século XX, quando a gestão de Borges de Medeiros propôs a construção de uma nova estrada ao centro do estado do Rio Grande do Sul, essa proposta dispunha com o intuito de empregar pessoas afetadas pela seca e praga dos gafanhotos em 1906, este *modus operandi* proposto pelo delegado encarregado, tinha como objetivo garantir a lealdade da população local (Axt, 2007).

O controle político, a partir das redes, permitia-se estabelecer compromissos a partir da troca de favores, se tornando um movimento fundamental para a manutenção do poder, as trocas ocorridas entre os compromissos prestados, exercia uma garantia de dominação sobre a sociedade, principalmente, sobre seus eleitores (Axt, 2007). O retrato político da época, ao mesmo tempo em que refletia um domínio sobre a população, demonstrava determinados riscos ocasionados sobretudo por possíveis *quid pro quo*, que poderiam transformar-se desde a realização de protestos até mudanças de lados políticos, podendo servir como uma característica fundamental entre os grupos políticos (Axt, 2007). A escolha por um lado partidário, foi fundamental para que o Rio Grande do Sul fosse palco de guerras civis, como a Revolução Federalista (1893-1895) e a Revolução de 1923.

No final do século XIX, entre os anos de 1893 e 1895 principalmente, mas não somente, no Estado do Rio Grande do Sul (RS), ocorreu a Revolução Federalista. Esse conflito foi uma contestação significativa para a República brasileira recém emergente, pois ameaçou a estabilidade do regime ao acabar juntando-se a outras revoltas, como a Revolta da Armadaⁱⁱⁱ. Segundo Piccolo (1990), o que aconteceu durante o período da Revolução Federalista foi na realidade uma guerra civil, a partir da qual se definiu a hegemonia política no Rio Grande do Sul, com os republicanos no poder e a queda dos liberais cujo poder predominou durante boa parte do período Imperial brasileiro.

A Guerra Civil, então, se constitui pela insatisfação dos federalistas pelo controle e domínio político do Partido Republicano Rio-Grandense de Júlio de Castilhos. Os dois grupos

políticos envolvidos no conflito eram os legalistas (chimangos) e os federalistas (maragatos). Os legalistas defendiam a centralização política, o presidencialismo, o positivismo, o governo federal, e seu representante era Júlio de Castilhos. Os federalistas defendiam um sistema descentralizado e buscavam o parlamentarismo, seu intuito era destituir Júlio de Castilhos do poder do Rio Grande do Sul, contestando a política implantada pelo Governo Federal após a Proclamação da República de 1889 (Pesavento, 1983).

No entanto, divergências internas entre os líderes federalistas — como Silveira Martins (defensor do parlamentarismo), Saldanha da Gama (monarquista) e Gumerindo Saraiva (com tendências separatistas) — enfraqueceram a coesão do movimento (Mocellin, 1989). Com a morte de Gumerindo Saraiva (1894) e Saldanha da Gama (1895), o movimento perdeu suas principais lideranças. O novo presidente Prudente de Moraes (1894–1898) iniciou negociações de paz, culminando no Acordo de Pelotas (23 de agosto de 1895), que encerrou oficialmente a revolta (Pesavento, 1983).

Mesmo após cessada oficialmente a “Revolta da Degola”, no ano de 1895, os ânimos no Rio Grande do Sul não estavam apaziguados. As frentes políticas e suas ideologias ainda permaneciam fortes e enraizadas no povo sul-rio-grandense, principalmente nas regiões onde a família se tornava uma extensão de um “lado” a se posicionar politicamente. Azambuja (1969) traz a concepção de que os indivíduos são arrastados forçosamente pelos seus clãs, suas classes sociais, suas castas etc., desde seu nascimento, pelo fato de pertencerem e neles permanecem por instinto ou características congênitas, ao contrário dos partidos políticos que seriam “agrupações voluntárias”. Nesse sentido, essa concepção política parece estar intrínseca também nas famílias da região de Santo Augusto (antigo Rincão de São Jacob) principalmente após os eventos da Revolução Federalista dos quais alguns deles participaram como os de Paula e Silva e os de Oliveira Machado.

O cenário político do Rio Grande do Sul continuou delicado, e segundo Azambuja (1969, p. 344), desde a fundação do Partido Federalista em 1892 ele sempre foi a “oposição vigilante” do Partido Republicano, porém sem possuir muita influência política significativa no cenário político do Rio Grande do Sul. Sendo somente em 1922 que “o dissídio entre o Governo Federal e o do Estado, em torno à sucessão presidencial da República, determinou a união de correntes oposicionistas para combater o longo domínio do Partido Republicano”, apresentando

Assis Brasil como candidato das oposições coligadas à presidência do estado, contra o candidato à reeleição republicano, Borges de Medeiros (Azambuja, 1969, p. 344).

No ano de 1923 Maragatos e Chimangos se enfrentaram novamente, dessa vez pelo resultado da eleição, a qual pela quinta vez consecutiva o republicano Borges de Medeiros venceu. Os maragatos, indignados, alegando fraude eleitoral, pegam em armas e iniciam a Revolução de 1923. A partir desse momento, a guerra civil iniciada em janeiro de 1923 estende-se até dezembro de 1923, quando é assinado o Pacto de Pedras Altas oficializando a derrota dos Maragatos (Moreira, s.d.).

No que deveria ser o dia de posse de Borges de Medeiros, em janeiro de 1923, houve o primeiro indício de que haveria outro conflito revolucionário para depor um governo no Rio Grande do Sul (Moreira, s.d.). Porém, a diferença desta vez é que, de acordo com a autora, “A correlação de forças, no entanto, se mostrou desde o início desfavorável aos rebeldes: enquanto Borges conseguiu mobilizar cerca de 12 mil homens [...] os rebeldes só conseguiram arregimentar a metade desse número.” (Moreira, s.d., p. 6). Já a tática utilizada pelos federalistas para tentar transpor esse número de combatentes foi a de fragmentar as suas tropas e os seus comandos, ou seja, a partir desse momento a oposição buscava formas de incumbir a conservação republicana no poder e revogação da Constituição estadual concretizada por Castilhos, mediante a formação de frentes autônomas regionais (Moreira, s.d.).

A região em análise foi palco de intensos embates, com a formação de diversos grupos em confronto. Nesse cenário de tensões e violência, o surgimento do Cemitério dos Degolados em Santo Augusto (RS), evidencia as marcas deixadas por essas disputas e a memória dessas vítimas. Se o coronelismo definiu as macroestruturas políticas do RS, em Santo Augusto ele ganhou rosto: as famílias de Paula e Silva e Machado, cujas rivalidades transcenderam ideologias e ecoaram nas degolas da Revolução de 1923.

O coronelismo na formação de Santo Augusto (RS)

O município de Santo Augusto está situado em uma região marcada pela violência por algumas das épocas mais sombrias e sangrentas da história do Rio Grande do Sul, nas quais as famílias eram abarcadas pelo medo dos ataques e das vinganças constantes dos piquetes revolucionários de ambos os lados políticos, e extremamente afetadas pela instabilidade política

nacional e também local do período. Principalmente da década de 1920, de acordo com Dallanora (2019), as alianças se tornam volúveis e antigos federalistas se tornam legalistas e o inverso também, fazendo com que a incerteza reinasse no cotidiano político e na sociedade em geral.

Em relação à ocupação e moradia dessa área, Oliveira (2000) relata que um dos pioneiros a ocupar e se instalar, entre 1815-1820, em Rincão de São Jacob foi Francisco de Paula e Silva, conhecido como Barão do Ibicuí, onde mais tarde, o descendente do General Firmino de Paula, ocupou a área, fundando a Fazenda As Brancas. Ao analisar a questão de povoamento da região conseguimos traçar a ocupação dos campos por duas famílias protagonistas de coronéis (além de outros “clãs”), influentes e poderosas que fizeram parte significativa do enredo da revolução federalista e são presentes no processo de povoamento dessa área, que são os de Paula e Silva e os Machado (Oliveira, 2000).

Pois, após a conquista da região das Missões pelos portugueses em 1801 houve interesse por parte da Coroa de formar estâncias nessas terras e ocupá-las (por imigrantes) para que, principalmente, a Coroa espanhola não pudesse reivindicar as posses “perdidas” como também de melhorar as estradas existentes na região. No ano de 1831 foi entregue a tarefa de examinar os vestígios das estradas (da época em que os jesuítas espanhóis lideravam as missões), ou seja, redescobrir os caminhos “esquecidos” até os ervais, para o Barão Francisco de Paula e Silva, que encontrou somente as que seguiam para os ervais da região muito apagadas, no entanto o que ele encontrou realmente foram famílias migradas de São Paulo ocupando terras em busca de uma “vida melhor” (Oliveira, 2000).

Francisco de Paula e Silva (1796 – 1879) político do Partido Federalista foi o primeiro proprietário do Rincão de São Jacob, onde construiu a fazenda Monte Alvão que até o ano de 1886 já estava toda subdividida. O Barão de Ibicuí foi um grande fazendeiro, guarda-mor das águas minerais de Tibagi, vereador do município de Cruz Alta – RS, foi também, “o grande responsável pela ocupação do Rincão de São Jacob por homens que exerceram forte influência na política cruz-altense como João Demétrio Machado [...] através dos casamentos de suas filhas e filhos [...]” (Oliveira, 2000, p. 29). Irmão de João da Silva Machado^{iv} (1782 – 1875) o Barão de Antonina, se casou no ano de 1829 com Felicidade Perpétua de Avelar Guimarães. Com ela teve dez filhos os quais vários seguiram carreira política. Seu filho Firmino de Paula

e Silva foi o que mais deu seguimento através de seus descendentes a essa “tradição” familiar (Oliveira, 2000).

Firmino de Paula e Silva^v (1844 – 1930) natural de Santa Maria da Boca do Monte, considerado também um grande fazendeiro, segundo Oliveira (2000) fundou a fazenda As Brancas com sua parte da divisão da fazenda de Monte Alvão que pertenceu a seu pai. Foi um militar e um político do Partido Republicano Rio-Grandense, defensor do regime republicano de Borges de Medeiros e também de Júlio de Castilhos. Após a instauração da República no Estado do Brasil, participou de várias organizações republicanas, inclusive Júlio de Castilhos convidou-o para ser Intendente da Vila de Santo Ângelo onde ele governou de 1892 a 1896. Durante a Revolução Federalista comandou a 5ª Brigada da Divisão Norte e foi considerado um dos militares mais polêmicos do período, principalmente por ser conhecido por comandar o “Combate do Boi Preto”^{vi} em 04 de abril de 1894, quando ordenou a degola de um contingente expressivo de soldados maragatos da tropa do Tenente Coronel Ubaldino de Oliveira Machado, em vingança ao que este fizera em sua fazenda As Brancas.

Outro fazendeiro da região do Rincão de São Jacob foi Chagas Demétrio Machado^{vii}, que trouxe com ele para a região os seus trabalhadores escravizados, ascendendo o Clã dos Machado no ano de 1835. Fundou a fazenda São Jacob, que, “[...] se dividia com a, hoje, Fazenda “As Brancas” e, nos Umbus, com a Antiga Fazenda Ramada.”, essas terras lhe foram passadas por seu parente João da Silva Machado (Barão de Antonina) já a casa da sede da fazenda e a senzala foram construídas por seu filho Antonio Demétrio Machado, inclusive os ex-escravizados que permaneceram na fazenda até após a abolição da escravidão (1888) na condição de homens livres serviram nas forças de seu neto Ubaldino de Oliveira Machado na Revolução Federalista (Oliveira, 2000, p. 37-38).

Na questão política, segundo Oliveira (2000), a família Machado também se destacou na região. Antonio Demétrio Machado teve seus passos seguidos por seu filho Tenente Coronel João Demétrio Machado que foi vereador do município de Santo Ângelo em três mandatos (1881 – 1883 – 1887). Após a Revolução Federalista se dedicou a fazer parte do diretório do Partido Federalista também em Cruz Alta (1905). No entanto, a questão militar de armas deste período na família ficou a cargo de seu irmão mais novo Tenente Coronel Ubaldino de Oliveira Machado (1842 – 1910) (Oliveira, 2000).

Ubalduino de Oliveira Machado^{viii} nasceu no ano de 1842 nas terras da Fazenda São Jacob, foi fazendeiro como seus ancestrais e, mais tarde, se tornou político e também militar federalista, o qual era veementemente contra a instauração da República no Brasil, chegando a liderar os maragatos da região contra o General Firmino de Paula e Silva, lutando contra o sistema castilhista e buscando uma forma de governo baseada no parlamentarismo. Foi um militar bastante ativo durante a revolução federalista sendo protagonista de algumas revoltas relevantes do período, no entanto, após o evento histórico da degola do Boi Preto, que será abordado adiante, ele teve que emigrar para fora do país e só retorna para a fazenda São Jacob após ter findado a Revolução, onde ele permanece debilitado de saúde por alguns ferimentos de batalha até seu falecimento em 1910 (Oliveira, 2000).

Neste contexto, destacam-se os feitos de sua esposa Cândida Paiva Machado (santo-augustense) neste período revolucionário que pode ser considerada um símbolo de força e exemplo do que as mulheres tiveram de suportar durante tempos de guerra. Segundo Oliveira (2000) exatamente por ser esposa de um líder revolucionário da oposição, se viu forçada a assumir a segurança, administração e manutenção não somente da fazenda e das propriedades, como também do bem-estar de toda a sua família, assim como defendê-los dos inimigos, principalmente por ter sete filhas mulheres que eram constantemente ameaçadas. Reiterando essa questão, Dourado (1979, p. 288) destaca que:

Em casa da família do coronel Ubalduino, que o acaso livrara de ser morto no Boi Preto, e acha-se emigrado, soubemos horrores de João Ruivo. Mais de uma vez mandara ameaçar à família de Ubalduino de mandar-lhe buscar as filhas para entregar aos acampamentos. João Ruivo é primo irmão d'essas pobres moças que ele ameaça e que por isso vivem em sobressalto.

Para Ubalduino os perigos se encontravam inclusive em sua própria família, seu sobrinho Tenente Coronel João Ruivo legalista, inimigo político e seu grande inimigo pessoal inclusive, mantinha o general Firmino de Paula e Silva muito bem informado sobre os passos do tio (Oliveira, 2000). No entanto, Cândida se tornou um grande aparo em sua vida, principalmente nesse período revolucionário no qual ele se encontrava constantemente ausente, ela assumiu a fazenda e impediu que roubassem o gado e a cavallhada para que servissem de município e transporte para as tropas combatentes opositoras e assegurou a segurança da família,

transformando inclusive seu sobrenome “Paiva” em uma referência na região de Santo Augusto (Oliveira, 2000).

Além disso, o papel de mulheres como Cândida Paiva Machado destaca a resiliência necessária para sustentar estruturas familiares e produtivas em meio ao caos, reforçando que a história política não se restringe aos campos de batalha, mas se desdobra também na gestão cotidiana do medo e da sobrevivência. A volatilidade das alianças, conforme apontado por Dallanora (2019), e a fragmentação interna das próprias famílias, como analisado por Oliveira (2000), demonstram que a instabilidade era tanto um produto quanto um motor das relações sociais locais.

A escassez de documentação sobre figuras femininas, a exemplo de Cândida Paiva Machado, sublinha o apagamento sistemático da agência feminina na historiografia dos conflitos. A trajetória de Cândida, marcada pela gestão de propriedades e proteção familiar em um cenário de beligerância, evidencia que a dinâmica da guerra transcendia a esfera exclusivamente masculina, sendo intrinsecamente sustentada por complexas redes de resistência doméstica. A ausência de outras mulheres nas fontes analisadas não deve, portanto, ser interpretada como uma inexistência de participação, mas sim como um obstáculo metodológico e uma lacuna historiográfica que demanda problematização.

Essa lacuna, por si só, constitui um dado analítico relevante, pois revela as estruturas patriarcais da sociedade do período, as quais historicamente privilegiaram as narrativas e os registros masculinos. Ao reconhecer essa invisibilidade, percebe-se que a história política se desenrola não apenas nos cenários de combate, mas também na gestão cotidiana do medo e da sobrevivência. A experiência de Cândida Paiva Machado, longe de ser um evento isolado, emerge como um indicativo da capacidade de agência feminina em um período de profunda instabilidade, o que desafia a narrativa predominantemente androcêntrica e abre perspectivas para futuras investigações sobre a atuação das mulheres no contexto do coronelismo e das revoluções regionais.

A instabilidade do período marcado pelo coronelismo, com trocas de alianças, evidencia que o poder não se sustentava apenas pela força, mas por uma complexa teia de dependências e interesses. O parentelismo mostrou-se ambivalente: se, por um lado, fortaleceu clãs através de redes de solidariedade (como no caso de Cândida Paiva Machado, que sustentou a família

em meio à guerra), por outro, revelou fissuras internas, como a “traição” de João Ruivo contra seu tio Ubaldino, demonstrando que laços de sangue nem sempre garantiam lealdade política.

Assim, a história de Santo Augusto ilustra não apenas o conflito, mas a própria organização social do Rio Grande do Sul, deixando legados que transcendem os séculos XIX e XX e ecoam na política regional. As famílias de Paula e Silva e Machado personificam essa dinâmica: através de alianças matrimoniais, heranças e lealdades partidárias, consolidaram domínios econômicos e políticos, tornando-se protagonistas tanto no povoamento da região quanto nos conflitos armados, como, por exemplo, a Revolução Federalista.

O Cemitério dos Degolados como reflexo do coronelismo

A perspectiva histórica, sobre os estudos dos cemitérios como fonte, segundo Bellomo (2000), podem abranger várias vertentes, entre elas as memórias tanto familiares quanto das comunidades; as genealogias das famílias; as ideologias políticas; as formações étnicas das cidades; as crenças religiosas de diversas comunidades; as perspectivas de vida dos indivíduos em determinados períodos históricos; as posições que as populações tomam em relação à morte; etc. No mesmo sentido, Grassi (2016) explana que os estudos voltados à investigação e compreensão dos estudos cemiteriais surge como uma forma de análise a partir dos mais variados aspectos, ocorrendo tanto em um sentido individual, quanto pela sua conjuntura, ocorrendo por via dos cemitérios, campos santos e até das necrópoles, além disso, busca-se transparecer as suas configurações tipológicas, como: templos, casas, igrejas, entre outros locais.

Para Nora (2012) os cemitérios estão diretamente ligados à memória não somente por existirem através de períodos históricos, mas também porque desde sua construção ele é configurado para perpetuar a memória de um indivíduo. Caino e Roedel (2017) reiteram esse argumento afirmando que os cemitérios irão atuar como lugares capazes de promover as lembranças dos entes sepultados, preservando a figura do indivíduo e as memórias existentes sobre ele.

No caso dos cemitérios de guerra, como é o caso do Cemitério dos Degolados (Figura 1), eles não são necessariamente construídos, mas são consequências das ações dos seres humanos durante diversos períodos históricos, sejam eventos massivos como guerras mundiais

ou pequenas batalhas regionais. Piovezan (2011) complementa que há uma tendência mundial, que se inicia no Brasil por volta da década de 1930, de proliferação de memoriais e também mausoléus coletivos destinados aos mortos, tanto conhecidos quanto desconhecidos, caídos em guerra, no sentido de homenagear e lembrar dessas pessoas.

Figura 1 – Cemitério dos Degolados.



Fonte: Autora.

A Revolução Federalista de 1893, graças às forças de Firmino de Paula e Silva^{ix} e de Ubaldino de Oliveira Machado, envolveu muitas famílias^x desta região, o que resultou em inimizades e vinganças que repercutiram por muito tempo e que foram reforçadas com o eclodir da Revolução de 1923. No entanto, de acordo com Oliveira (2000), mesmo tendo lutado nas revoluções anteriores muitos homens decidiram por emigrar para a Argentina ou para o Uruguai ficando exilados, somente retornando para o Rio Grande do Sul após 1928-1930.

Os piquetes mais relevantes de Santo Augusto (RS) foram, pelo lado Maragato os do Cardoso, Miquelinos e Marianos, e pelo lado Chimango os do Major Cância e dos Lifonsos. No entanto, Adriano Miquelino emigrou seu clã para a Argentina após pouco tempo de atuação na região, permanecendo no país vizinho durante a maior parte da revolução (Oliveira, 2000). Já Carlos Cardoso, tido por esquivo e exímio conhecedor das matas da região não emigrou e

Os sobreviventes dos recrutadores de gado maragatos conseguiram fugir e foram de encontro ao seu líder João Carlos Cardoso que segundo Oliveira (2000, p. 106) estava preparando suas forças para se juntar a Leonel Rocha em Palmeira das Missões (RS) e ao tomar conhecimento do ocorrido:

Carlos Cardoso afastou-se do acampamento que era próximo de onde está hoje a Polícia Rodoviária de Santo Augusto e, junto com João Dentista, João Rufino e outros, foi até o Bolicho do Biriva na localidade chamada Portão Velho, hoje Vila Pedro Paiva. Quando estavam lá avistaram soldados se aproximando e tomaram posição para combater. João Dentista, que tinha conhecimentos de tática de combate, propôs ao Cardoso não dar combate ali, mas que fossem até a Boca da Picada, adentrassem no mato e, se perseguidos, pusessem o inimigo entre dois fogos. Foi contestado pelo chefe que disse ser covardia abrigar-se: “homem briga de frente” (Oliveira, 2000, p. 106).

Assim que os dois grupos tomaram consciência sobre o outro se posicionaram e abriram fogo cerrado e do conflito vários homens saíram feridos (em ambas as forças), porém somente da força maragata resultou morte (Licks, 2023). Seis pessoas pereceram, entre eles estavam o Tenente João Chalói (conhecido como João Dentista) e um rapaz negro adolescente; já os feridos incluíam João Rufino e o próprio Carlos Cardoso que fugiram e procuraram abrigo num alambique próximo e foram medicados com “remédios de ervas e homeopatia feitos por Salvador Bastiana, que era vizinho e compadre do Carlos [...]”; e mesmo sendo inimigo chimango tendo lutado com Firmino de Paula na Revolução de 1893, resolveu ajudar (Oliveira, 2000, p. 107).

No entanto não foram apenas os corpos desfalecidos que foram deixados no local, Jovino Rolim foi gravemente ferido durante o combate e, portanto, incapacitado de caminhar, ficou à mercê das forças de Tarquino de Oliveira, que após o término do confronto e a debandada dos inimigos federalistas, degolou os seis homens que morreram e convocou seus homens para decidir o destino de seus “prisioneiros” (Oliveira, 2000; Licks, 2023).

Pois, junto de Jovino Rolim, de acordo com Oliveira (2000, p. 107), “preso e amarrado na sapata de uma das duas carroças dos militares estava um homem que fora preso na Estrada dos Baianos, entre o Passo da Laje e o da Luminata”. Desse modo, os homens de Tarquino, durante o “Conselho de Guerra” que foi realizado, chegaram à decisão de realizar com eles o mesmo ato efetuado aos antigos prisioneiros, ou seja, a degola, mesmo Jovino sendo irmão do

Tenente Froylan Rolim, este decidiu que o irmão deveria ter o mesmo desfecho de todo e qualquer inimigo sem misericórdia (Oliveira, 2000).

Dentro desse contexto percebe-se quão generalizada e costumeira se tornou a prática da degola (de ambos os lados) desde a Revolução Federalista e o quanto ela seguiu sendo “popular” até a Revolução de 1923, inclusive pelo fato de a soldadesca não precisar de recursos extras além de um facão ou faca bem afiados. Segundo Pesavento (1983, p. 89), matavam as vítimas “tal como se procedia com os carneiros: o indivíduo era coagido a, de mãos atadas nas costas, ajoelhar-se. Seu executor, puxando sua cabeça para trás, pelos cabelos, rasgava sua garganta, de orelha à orelha, seccionando as carótidas, com um rápido golpe de faca.”.

Depois do combate, a força legalista de Tarquino de Oliveira seguiu para Campo Novo (RS) para cumprir sua missão de reforço, deixando os oito corpos de maragatos decompondo ao ar livre, sem qualquer tipo de sepultamento (Oliveira, 2000). A tarde os cadáveres deitados em poças de sangue com moscas cobrindo-os de larvas já cheiravam mal e segundo Oliveira (2000), Tio Castro^{xi} tomou a iniciativa de sepultar esses corpos aproveitando uma vala de carreiro que havia passado recentemente. Com a ajuda de mulheres e crianças da região, alargaram as valas e arrastaram os homens até elas para poder enterrá-los. Sem caixão, sem túmulos, sem velório e sem nenhum outro rito que não fosse o “Terço das Excelências” que foi rezado pelo Tio Castro e acompanhado por aqueles que ajudaram no sepultamento. Por causa desse evento, o cemitério também foi considerado assombrado por muito tempo pelos moradores da região (Oliveira, 2000).

Sobre as pessoas que foram enterradas neste cemitério no dia de sua origem, somente sabemos a identidade de João Chalói (Dentista) e de Jovino Rolim e, mesmo assim, não foi possível diante de pesquisas descobrir mais sobre quem eles eram. Os nomes, a identidade dos outros seis homens sob o lenço maragato não são conhecidas até hoje, não há documentação nem indícios de que eram naturais da região, e como não houve um sepultamento “oficial” e ninguém reclamou os seus corpos, eles mantêm seu anonimato.

Mais do que um marco tangível da violência da Revolução de 1923, o Cemitério dos Degolados, nesse contexto, acaba por se consolidar como um espaço de memória que sintetiza as dinâmicas do coronelismo em Santo Augusto (RS). O cemitério acaba por refletir não apenas a brutalidade do conflito – fruto de degolas entre piquetes rivais – mas também a persistência de práticas violentas herdadas da Revolução Federalista, agora adaptadas a disputas locais por

poder. A ausência de registros sobre a identidade desses mortos reforça o caráter simbólico do local: um testemunho anônimo de como a violência política foi instrumentalizada para controle local.

Considerações finais

A história de Santo Augusto e sua região revela-se profundamente entrelaçada com as dinâmicas do coronelismo, das rivalidades familiares e da instabilidade política que marcaram o Rio Grande do Sul, especialmente durante a Revolução Federalista. As famílias de Paula e Silva e Machado, ao protagonizarem o povoamento da área, não apenas consolidaram poder econômico e territorial, mas também personificaram os conflitos ideológicos de sua época. Personagens políticos como Firmino de Paula e Silva e Ubaldino Machado demonstram a dualidade entre a liderança política e a violência militarizada, nas quais lealdades partidárias frequentemente se sobrepunham a laços de sangue, como evidenciado pelo antagonismo entre Ubaldino e seu sobrinho João Ruivo. Já os eventos sangrentos, como o Combate do Boi Preto, marcado pela degola de soldados, ilustram a brutalidade de um período em que vinganças pessoais e disputas de poder se confundiam com a guerra civil.

A análise demonstra que eventos como a Revolução de 1923 não foram meramente reproduzidos em Santo Augusto (RS), mas adaptados às suas dinâmicas locais: o Cemitério dos Degolados, fruto de degolas entre piquetes rivais, tornou-se um marco físico do coronelismo que vinculava violência, controle territorial e memória. Assim, a trajetória de Santo Augusto reflete um microcosmo das tensões nacionais, onde o autoritarismo, o personalismo político e a violência estrutural moldaram identidades e legados. Estudar esses embates não apenas ilumina o passado turbulento da região, mas também oferece chaves para compreender como essas hierarquias de poder e as memórias de conflitos influenciaram nas organizações sociais e políticas.

Sítios como o Cemitérios dos Degolados em Santo Augusto transcendem o que seria sua função inicial, transformando-se em lugares de memória onde a história se entrelaça com o imaginário coletivo. Este, em particular, permanece, ainda hoje, como legado tangível de uma era marcada por lealdades partidárias e rivalidades familiares que acabavam muitas vezes por serem resolvidas a facção, marcas que ainda ecoam na identidade local. Ao analisar a trajetória

das famílias tradicionais da Região Noroeste do Rio Grande do Sul — territorialmente próximas, mas ideologicamente distantes —, fica evidente como a Revolução Federalista (1893-1895) e a Revolução de 1923 aprofundaram divisões não apenas entre os clãs de Paula e Silva e Machado, mas também entre diversas outras oligarquias que disputavam poder.

Essas disputas, no entanto, não se restringiram aos campos de batalha: materializaram-se no Cemitério dos Degolados, espaço que sintetiza a violência do período e sua dimensão simbólica. Sua singularidade reside tanto no passado conflituoso que representa quanto na memória viva que ancora, refletindo-se nas relações de poder que ainda permeiam Santo Augusto. Assim, ao examinar esse patrimônio, é possível decifrar como o parentelismo, o coronelismo e o clientelismo moldaram não apenas os conflitos históricos, mas a própria estrutura sociopolítica da região — um legado que desafia o tempo e continua a influenciar o imaginário coletivo.

Referências

- AXT, G. Coronelismo indomável: o sistema de relações de poder. In.: RECKZIEGEL, A. L.; AXT, G. (Orgs.). **História Geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)**. v. 3, t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 89-128.
- AZAMBUJA, D. Correntes Políticas. In: KREMER, A. C. *et al.* **Rio Grande do Sul: Terra e Povo**. 2 ed. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 339-346.
- BELLOMO, H. R. (org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia**. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2000.
- CAINO, T. C. A.; ROEDEL, L. A. Cidade, Cemitérios e Memória: Os Casos de Cruz Alta, RS e Belo Horizonte, MG. In: ENCONTRO NACIONAL ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS CEMITERIAIS. RELIGIÕES E RELIGIOSIDADES: PRÁTICAS, VISÕES E CRENÇAS DIANTE DA MORTE E DO MORRER, 8., 2017, Florianópolis, **Anais [...]**. Florianópolis: UDESC, 2017.
- CARVALHO, J. M. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. Dados, v. 40, n. 2, p. 229-250, 1997.
- CESAR, G. As Raízes Históricas. In: KREMER, A. C. *et al.* **Rio Grande do Sul: Terra e Povo**. 2 ed. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 29-41.
- CREMONESE, D.; PASE, H.; PATELLA, A. P. D. O Coronelismo na colônia: a República Velha no Noroeste do RS. **Campos Neutrais - Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, v. 3, n. 2, p. 72-94, 2022.

DALLANORA, C. **Conflitos no Ex-Contestado: Coronelismo e Bandoleirismo e Bandoleirismo Numa Região de Fronteira**. 2019. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

DOURADO, A. **Voluntários do Martírio: Narrativa da Revolução de 1893**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1979.

FAORO, R. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

GRASSI, C. Estudos Cemiteriais. In: GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (org.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

LEAL, V. N. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LICKS, L. **O Cemitério dos Degolados De 1923: Uma História de Exclusão**. Orientadora: Caroline Rippe de Mello Klein. 2023. 80 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2023.

MAJO, C.; MORETTO, S. M. From slash and burn to winemaking: the historical trajectory of Italian colonos in the uplands of Rio Grande do Sul, Brazil. **Modern Italy**. v. 26, n. 2, p. 141-158, 2021.

MENZ, M. M. **Entre dois impérios: formação do Rio Grande na crise do antigo sistema colonial (1777-1822)**. Tese (Doutorado em História Econômica) - Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MOCELLIN, R. **Federalista: a revolta da degola**. Editora do Brasil. São Paulo. 1 ed. 1989.

MOREIRA, R. L. Revolução Gaúcha de 1923. In: **Dicionário Histórico-Biográfico do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)**. Verbete. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. s.d.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução: Yara Aun Khoury. São Paulo: Projeto História, 2012. Título Original: Entre histoire et mémoire. Une problématique des lieux.

OLIVEIRA, O. G. **Santo Augusto: 1815/20 até 1940**. Porto Alegre: Editora Evangraf. 1 ed. 2000.

PESAVENTO, S, J. **A Revolta Federalista**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1983.

PICCOLO, H. I. L. Fontes para o estudo da Revolução Federalista de 1893. In.: SEMINÁRIO FONTES PARA A REVOLUÇÃO DE 1893, 1990, Bagé, **Anais [...]**. Bagé: URCAMP Editora, 1990, p. 40-50.

PIOVEZAN, A. Cemitérios e Mausoléus Militares No Brasil: O Embate Entre o Laico e o Confessional. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2011.

RITZEL, R. C. Coronelismo no Rio Grande do Sul: a presença do Coronel Victor Dumoncel Filho. **Semina**. v. 23, n. 1, p. 122-139, 2024.

SANTIN, J. R. O Tratamento Histórico do Poder Local e a Gestão Democrática Municipal. **Revista Estudos Jurídicos (Unisinos)**. v. 40, n. 2, jul./dez. 2007.

VARGAS, J. M. **Entre a paróquia e a corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

VISCARDI, C. M. R. História, Região e Poder: a busca de interfaces metodológicas. **Locus, Revista de História**. v. 3, n. 1, p. 84-97, 1997.

Notas

ⁱ A Revolta Federalista foi caracterizada como a “Revolução da Degola” devido aos seus atos de violência e barbárie tanto do lado dos Chimangos quanto dos Maragatos, no qual a prática de degolar os oponentes se disseminou e tornou habitual para ambas as facções (Pesavento, 1983).

ⁱⁱ Os partidos políticos são uma construção social relativamente recentes oriundos do século XVIII, no entanto, desde as repúblicas da antiguidade, chama-se de “partido” as facções que as dividiam, assim como os clubes das assembleias revolucionárias da década de 1889 e também os comitês que eram responsáveis por preparar as primeiras eleições das monarquias constitucionais do período moderno, porém todos possuindo um objetivo semelhante de conquistar o poder e exercê-lo (Azambuja, 1969).

ⁱⁱⁱ A revolta da armada aconteceu entre os anos de 1891-1894 no Rio de Janeiro, foi um movimento liderado por setores da Marinha brasileira contra o governo central (Mocellin, 1989).

^{iv} Importante político, foi senador do Brasil Império, também foi o responsável pela fundação de Rio Negro – PR e pela separação da Comarca de Curitiba, que acabou originando a nova Província do Paraná.

^v Casado com Margarida das Neves de Paula, teve oito filhos.

^{vi} A qual foi uma vingança de Firmino de Paula e Silva, pelo fato de Ubaldino de Oliveira Machado, ao passar por sua fazenda “As Brancas” após retornar de Santo Ângelo com suas tropas, ter tomado seu gado e cavallhada, no entanto ao que Firmino chega no acampamento de Ubaldino este já tinha retornado para a sua fazenda.

^{vii} De que temos documentação concreta ele teve três filhos, Antônio Demétrio Machado, Bernardino Demétrio Machado e Fótico Demétrio Machado, no entanto pode ser que há mais filhos dos quais não consegui registros (Oliveira, 2000).

^{viii} Casado com Cândida Paiva Machado, teve treze filhos.

^{ix} Teve forte contribuição na Revolução de 1923, na qual mesmo com certa idade, foi incumbido por Borges de Medeiros a montar uma Brigada Governista (o que efetuou em 3 dias) e marchasse para a cidade de Passo Fundo – RS que estava ameaçada pelos revoltosos e segurasse posição até que os maragatos fossem derrotados, o que ele fez.

^x Como é o caso dos “Lourenços” que participaram das lutas em 1893 – 1923 – 1925 (Oliveira, 2000).

^{xi} Benedito de Castro era um ex-escravo (alforriado) mais conhecido na região como “Tio Castro”, se incumbiu de ensinar a ler, escrever e executar as quatro operações matemáticas para os filhos das famílias que o contratavam antes mesmo de haver escolas públicas. Deveras querido na região, durante a Revolução de 1923 foi contratado para assumir a administração da casa comercial de Pedro Paiva Machado na “[...] expectativa de que não sofreria saques ou roubos, porque ‘Tio Pequeno’ era benquisto no lugar e, qualquer que fosse o piquete existente nesta região, tinha algum integrante que aprendeu a ler com ele. [...]”, o que realmente funcionou (Oliveira, 2000, p. 85).